



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Gestão de Pessoas  
Coordenação – Geral de Documentação e Informação  
Coordenação de Biblioteca



HOTEL JATIÚCA, MACEIÓ, AL, 20 DE NOVEMBRO DE 1995

*Senhor Governador do Estado de Alagoas Divaldo Suruagy; Senhores Ministros de Estado que me acompanham; Senhor Vice-Governador Manoel Gomes de Barros; Senhor Presidente da Assembléia Legislativa; Deputado Antônio Albuquerque; Presidente do Tribunal de Justiça Dr. José Egnaldo de Souza Araújo; Senadores; Deputados Federais, Estaduais; Prefeitos; Senhoras e Senhores,*

Eu quero, primeiro, manifestar minha gratidão por este encontro e pelo fato de que a Assembléia me tenha concedido o título de Alagoano Honorário, recobrando assim a cidadania dos meus avós maternos, que nasceram em Viçosa. É mais uma razão de eu agora me sentir mais próximo ainda de Alagoas.

Eu também queria dizer, referindo-me às palavras precisas e generosas do Governador Divaldo Suruagy, que sei da solidariedade política que tenho recebido de Alagoas, ainda mais pelo fato de que a minha votação aqui em Alagoas foi extraordinária. E foi uma votação para a qual confluíram todos os partidos.

Acho que, se posso me recordar ainda desse período, a primeira vez que senti que havia um apoio mais caloroso do povo à candidatura foi aqui em Maceió, com o Guilherme Palmeira. Nós fizemos, desde a chegada com o Teotônio, com todos os nossos amigos, uma manifestação muito forte nas ruas de Maceió e, depois, durante a campanha em Arapiraca, Palmeira dos Índios. Nós sentimos, realmente, um apoio muito forte, que se traduziu numa votação muito expressiva – e, naturalmente, o Governador Divaldo Suruagy sempre à minha frente para ir me puxando. E tivemos, realmente, um sentimento muito forte de que Alagoas tinha tomado uma decisão, tinha optado.

Não só por isso, mas isso também, evidentemente, encoraja. E é a primeira vez que volto a Alagoas como Presidente da República. Eu queria também recordar que, na última vez em que estive na Sudene, eu tinha me referido ao fato de que a questão nordestina para o Governo Federal passava a ser uma questão central. Central por várias razões. Central porque o Governo está fortemente comprometido com a questão da pobreza, e onde há uma maior concentração de pobreza ainda é no Nordeste. Em qualquer indicador que se veja, por exemplo, de freqüência às escolas, de evasão escolar, ou de distribuição de renda, por quaisquer que sejam as medidas, nós encontramos sempre a concentração dos problemas no Nordeste.

Por consequência, a preocupação central do nosso Governo – que está, preocupado, como todos sabem, não só com a estabilização da economia e da moeda, mas também com a utilização das novas potencialidades do Brasil para aumentar os recursos à disposição das populações mais carentes – evidentemente, é a de olhar com força para o Nordeste.

Mas o Nordeste não é problema só. É solução também. Eu disse isso lá na Sudene e repito aqui. Há algumas diretrizes que são muito claras, hoje, me parece, na recuperação da energia econômica e social do Nordeste.

Uma delas, a que o Governador também se referiu, é a de que nós temos que equacionar o problema do álcool e do açúcar. Isso é imperativo. Sobretudo o problema do álcool. Não podem pairar dúvidas quanto à necessidade de o País dispor de um programa de álcool, porque é uma fonte energética alternativa, uma fonte energética que não é

poluidora na mesma proporção em que outras fontes o são. Além disso, nada substitui a produção da cana em termos de oferta de emprego. Portanto, é uma questão que transcende o interesse específico de um estado ou de uma categoria profissional ou de proprietários, para selar o que diz respeito ao bem-estar do País.

Nós constituímos um grupo que está definindo a política do álcool. Os Senadores sabem disso porque acompanharam, os Deputados também, e a observação trazida a mim pelo Senador Teotônio Vilela a respeito da eventual falta de diálogo com o setor foi corrigida imediatamente. E também quanto aos rumores de que, na verdade, haveria uma influência, digamos avassaladora daqueles que acreditam que não seria mais necessário ter um programa alternativo, sobretudo para os motores de veículos. Já foi afastada essa hipótese: nós, hoje, estamos marchando firmemente para a definição de um programa do álcool.

Acho que, sem isso, é difícil imaginar como ficaria toda essa zona de Alagoas e de Pernambuco, para mencionar as regiões onde a ocupação da cana é mais alta. Sem isso, seria impossível verificar um desenvolvimento mais favorável desta região.

Mas não é somente isso. Sempre me preocupei – desde que vi de perto, em Petrolina; que vi de perto, no platô de Neópolis, em Sergipe; que vi no Ceará a questão da irrigação –, sempre me preocupei com os açudes e com a irrigação.

Pois bem. Daquela vez que visitei a Sudene, havia autorizado a liberação de recursos. Toda a gente sabe da morosidade da máquina burocrática brasileira. É, realmente, maior do que se imagina quando se está perto dela, e eu tenho cobrado com insistência esses recursos. Começam a fluir. E aqui, na questão da adutora do Agreste e no perímetro de irrigação de Marituba, nós já estamos com 16 milhões de reais disponíveis – prontos para o repasse – de um total de 24 milhões.

Isso é o importante, isso é fundamental. Se não equacionarmos corretamente, se não terminarmos as obras que estavam aí a caminho, as coisas não vão prosperar.

Lá no Ceará, nós estamos agora lançados na questão do Açude do Linhão que é uma obra maior que Orós e que estava também posta à

margem. Agora, nós retomamos essa obra. Isso para mencionar apenas alguns pontos, que me parecem centrais. Mas aqui, podem ter certeza, nós vamos insistir, persistir, porque acredito que isso terá efeito multiplicador muito grande.

Há outros problemas da região, sobretudo a BR-101, mas nós já destinamos também recursos de 4 milhões de reais para a BR-101. Ou seja, apesar das dificuldades de funcionamento da máquina administrativa, os recursos começam a fluir. Esta manhã mesmo, assistimos, no Ministério da Educação, à assinatura de alguns convênios, do Ministério com o Estado e a Prefeitura. O Ministério da Educação já repassou para o Estado 16 milhões de reais de um programa sobre o qual já falarei.

Há uma outra questão que eu creio que é essencial e que nós também estamos tratando de colocar na ordem do dia. É a questão do turismo. Basta estar neste hotel, basta olhar para essa praia, basta ter saudade do tempo em que eu podia tomar banho de mar, para ver que, realmente, essa é uma alavanca do progresso desta região. Nós temos o Prodetur, que está aí disponível, mas faltam os recursos de contrapartida. Os estados e municípios não têm os recursos suficientes. Estamos equacionando essa matéria, porque estamos pagando uma taxa pela não utilização dos recursos já disponíveis no BID para esse programa do Prodetur. E, muitas vezes, as pessoas dizem: "Ah, turismo?" Turismo gera emprego, mas turismo requer saneamento básico, e isso é fundamental para o povo da região. Quando se fala em Prodetur e turismo, é saneamento básico, são condições de saúde pública e de segurança, necessárias para que o turismo se desenvolva. Porque o resto o Nordeste tem, essa natureza extraordinária, sobretudo aqui, e daqui, nessa costa que vai até Recife – não posso dizer o que vou dizer que em outro lugar não vão gostar muito – é das mais bonitas do Brasil.

Pois bem, é verdade. Portanto, não basta ficar no discurso. É preciso fazer as coisas, e nós estamos começando, realmente, a poder fazer com todas as dificuldades que o Brasil ainda tem que enfrentar. E, curiosamente, o Estado de Alagoas, em 1994, teve um crescimento grande, de acordo com as estatísticas, porque cresceu em termos de atividade agrícola. Cresceu 40% entre 1993 e 1994, porque estava muito parado antes,

é verdade, não é? Resta ver agora o que vai acontecer em 95. Sejam 7,3% do PIB. Isso aflige. Por que isso aflige? Porque a população muitas vezes não sente esse crescimento. Porque continuamos com as distorções, com contrações de renda, e a maneira de a população sentir essas questões diz respeito basicamente a ter mais emprego, mais nutrição, mais escola, mais saneamento básico. Não é só índice econômico e não é só salário em si. É mais do que isso: é ação pública. E é isso que nós temos que realmente transformar em uma rotina de desenvolvimento da ação de Governo. Estamos fazendo. Veja que, no âmbito do Programa Comunidade Solidária, nós alocamos 75 milhões de reais para a redução da mortalidade infantil, educação básica, desenvolvimento urbano e alimentação aqui nesta região – 5 milhões para o combate à desnutrição.

O Ministério da Educação, através do Fundo de Assistência Escolar, o FAE, distribuiu cestas básicas a 40 mil alunos em cerca de 500 escolas. E temos esse programa que o Ministro mencionou e no qual fez hoje um protocolo com a Prefeitura, da distribuição de *kits* de televisão. Nós vamos alcançar todas as escolas, a partir de um certo número de alunos, a partir de cem alunos, para melhorar o nível de treinamento do professor – não é educação direta para o aluno, mas para incentivar o professor. E, sobretudo, o programa que está no Congresso já teve um parecer favorável do Deputado Clerot: uma emenda constitucional que vai permitir – isso, de novo, beneficia basicamente o Nordeste –, para cada município que não tenha ainda condições de pagar 300 reais, em média, ao professor e que não esteja despendendo 300 reais em média por aluno, que o Governo Federal complemente o fundo que está sendo criado. É um fundo que redistribui as verbas de educação, dando prioridade à educação primária, e o Governo Federal vai aportar recursos, para permitir que haja essa nivelação, essa homogeneização. Isso é uma “revolução branca”.

Eu gostaria de que, a partir do ano que vem, nós transformássemos a educação numa mística nacional. Porque, se nós quisermos, efetivamente, como queremos, melhorar a condição social do povo, a educação é fundamental. No futuro, quem não tiver instrução básica não terá

emprego, e essa educação básica vai ter que implicar, inclusive, lidar com computadores, porque a tecnologia avançou muito, e os excluídos do futuro serão os excluídos do saber. É preciso que nós nos alertemos para isso. Quem, realmente, quer combater a exclusão social tem que dar condições à criança de desenvolvimento básico de estudo, e nós estamos preparando todos os programas para isso. A partir do ano que vem, temos que criar a mística da educação.

Melhorou a educação, melhora a saúde, porque se dá o ensinamento básico de como lidar com os alimentos, com a água, os cuidados com a criança, melhora tudo, diminui a taxa de crescimento da população, porque dá mais condições de a mulher ter noção do seu próprio corpo e do que fazer com ele, de como controlar a procriação de uma maneira responsável. Quer dizer, a educação é, realmente, como todo mundo diz – mas não faz – fundamental. Se é fundamental, o recurso é para a educação.

Nós estamos no início desse processo, não só em termos de que estamos distribuindo – como disse aqui – esse acesso à Televisão Educativa e melhoramos a questão também do transporte escolar. Temos que fazer, além disso, uma coisa – com apoio do Governador e dos Prefeitos – que é fundamental: mudar o modo como atendemos às populações.

O Governo Federal não pode pretender, de Brasília, dirigir o Brasil. É vão, é inútil. Nós temos cinco mil municípios, 27 Estados. Não é possível imaginar que o Ministro da Educação, o Presidente da República, o Conselho disso, o Conselho daquilo saibam o que está ocorrendo e resolvam as coisas. Não se pode. Nós temos que confiar e temos que, efetivamente, criar macrocondições legais de estímulos, recursos, motivação, controle e fiscalização.

Mas tem que ser através da comunidade também. Tem que haver uma motivação da própria comunidade, para que as coisas possam caminhar. E os recursos têm que fluir. E o modo tradicional de obtenção, que era a pressão política em Brasília, tem que desaparecer para dar lugar a outra coisa. A pressão em Brasília é para políticas globais, para os recursos globais. E o atendimento é aqui, é no local, é no município,

direto, com a população participando, porque assim se fiscaliza melhor os recursos, se motiva mais, se muda o modo de dirigir o Brasil.

Nós estamos fazendo isso. É penoso, é difícil, é duro, leva tempo para ser feito. Mas um governante sério – e os que aqui estamos o somos – não está preocupado com o dia-a-dia para ter êxitos eventuais. Está preocupado em mudar as condições gerais e quer um rumo novo para o País. Não importa que leve tempo, mas, se o rumo estiver certo, chegaremos a obter o resultado consequente e temos a calma e a perseverança para atravessarmos as tempestades – como se elas não existissem – das críticas, às vezes, de mal-entendidos, às vezes de má-fé. Pouco importa: é não ouvi-las, a não ser que sejam críticas corretas para corrigir o rumo. Mas, se o rumo está certo, persevera-se, e eu creio que se chega até lá.

Nós temos esse programa dos municípios do Comunidade Solidária, que tem mais de 40 milhões para ações de saneamento básico, de financiamento de moradias populares, e estamos distribuindo alimentos para 25 mil famílias. Mas isso através desses mecanismos locais. Não é um saco de dinheiro para o Comunidade Solidária. Não há um órgão em Brasília para fazer essa distribuição. Não. Comunidade Solidária é um grupo executivo que agiliza a distribuição de recursos orçamentários dos programas dos Ministérios. Não é um programa a mais. É fazer com que os programas dos Ministérios sejam cumpridos e fazer o enlace com a sociedade em nível local.

Não se trata, portanto, de uma outra burocracia, nem de recursos próprios para essa burocracia. É a agilização dos recursos já disponíveis nos estados. Custou-se muito a entender isso e houve muita crítica precipitada a respeito do conceito, mas é assim que se faz, é mudando os modos de proceder. É claro que, numa fase de transição, quando se fecha o Ministério da Integração Regional e se fecha o Ministério de Bem-Estar Social, uma porção de gente fica desassistida de início e muitos grupos que estavam habituados a fazer pressão num certo canal não sabem mais o que fazer porque fazem borbulhas. Mas, depois, percebem que não é, se fechou, se você está substituindo por uma prática efetivamente democrática, que implica reconstrução do Estado.

E, já que falei em reconstrução do estado, tem razão o Governador Divaldo Suruagy. O Governo Federal precisa e vai discutir com o estado o modo pelos quais nós realizamos o saneamento das finanças públicas. E isso não é dá-cá-toma-lá, porque eu nunca entrei nesse tipo de conversa. Tenho conversado com os Governadores de todos os partidos. De oposição? São poucos os da oposição e eu quero que sejam cada vez menos. Entendo que é oposição a quê? Se for a um bom programa, está errado. É oposição ao Brasil? Não estou propondo nada partidariamente, estou propondo em termos nacionais.

Pois bem, eu nunca distingo: vejo o problema. Mesma coisa com essa questão do estado, porque, se não houver recuperação financeira dos municípios e dos estados, não há recuperação do País. Não basta o Tesouro Nacional, porque as dívidas são consolidadas. No final, o Tesouro, como agora, praticamente não tem déficit, mas os estados e municípios têm. O Brasil está com déficit.

Então, nós temos que, juntos, reconstruir também as finanças públicas, e é claro que o Governador, ao mesmo tempo em que as finanças vão sendo reconstruídas, vai tomando as medidas pertinentes para reformar a máquina administrativa, para enxugá-la, para combater privilégios, para acabar com os abusos — aquela acumulação de salários inaceitável num país pobre. Com firmeza, não nos faltará o pulso para transformar o Estado brasileiro num Estado que não vai viver à custa da massa, privilegiando pequenos grupos. Isso não significa, de nenhuma maneira — porque comigo não houve esse espírito —, a idéia de perseguir funcionário. Pelo contrário, é valorizar o funcionário, mas o funcionário que trabalha, o funcionário que não está abusando também na apropriação dos recursos do Estado. É uma nova mentalidade em que nós estamos todos juntos. E, com esse espírito, vamos progressivamente modificando o Brasil.

Quero, para finalizar, reiterar minha convicção de que aqui em Alagoas, sob a liderança do Governador, com o Prefeito ativo, trabalhando, com o apoio dos vários partidos políticos e, sobretudo, da população, nós vamos ter resultados concretos. É uma questão de tempo, e vamos chegando aos resultados.

Mas hoje, como sabem, vim aqui não só para ter essa satisfação de me tornar Alagoano Honorário, de ouvir as palavras que já ouvi do Governador e de firmar uns poucos convênios: vim para prestar contas ao povo de Alagoas de qual é o espírito do Governo Federal.

Vim também acompanhado por alguns parlamentares, para nós nos deslocarmos, daqui a poucos momentos, para União dos Palmares, onde vamos prestar uma homenagem a Zumbi. Disse muito bem o Governador: nós, hoje, temos que recuperar, nesse símbolo, a idéia de democracia completa, substantiva, no Brasil, contra a discriminação racial, contra todas as formas de se colocar alguém à margem, por diferenças de raça ou de classe, ou qualquer tipo de diferenciação que não seja devida. Contra tudo isso. E o Zumbi é um símbolo de liberdade, é um símbolo de luta contra a opressão. De modo que nada me parece mais adequado do que nós todos juntos estarmos hoje, com muito entusiasmo, dizendo que o Brasil quer ser diferente do que foi. Ele quer ser um país que não só diz, como nós dizemos, com orgulho, que somos uma sociedade multiracial, mas que possa na prática ser não só multiracial, mas também igualitária, uma sociedade que não abriga preconceito, que não abriga discriminação de nenhum tipo. É muito importante que isso seja simbolizado. E, de alguma maneira, Zumbi simboliza essa atitude.

É por isso também que nós estamos aqui. E eu encerro, convidando-os, aos que puderem, a estarem conosco lá em União dos Palmares. Os que não puderem, estejam aqui torcendo para que esse símbolo se faça realidade no Brasil.

Muito obrigado.